



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



### **Do antídoto ao veneno:**

estariam os espaços públicos destituídos dos sentidos plurais da linguagem, da sociabilidade e das várias dimensões da urbanidade?

**Fernando Pinho**  
Prefeitura Municipal de Belém

**Suelen Simião**  
IFCH/CIEC/Unicamp  
Bolsista FAPESP

**Stephanie Assaf**  
IPPUR/UFRJ  
Bolsista CAPES e FAPERJ

**Robert Pechman**  
IPPUR/UFRJ

### **RESUMO GERAL**

A palavra cidade, enquanto categoria, tem definições diversas e complexas que podem ser iluminadas a partir de diferentes aspectos, a depender da perspectiva trabalhada. Sem necessariamente excluir nenhuma das entradas possíveis para explorarmos aquilo que pode ser chamado de cidade, focamos nas percepções destas enquanto lugares existentes através de e sustentados pelas relações humanas. Nesta Sessão Livre, mantemos o foco central nas dimensões públicas da vida urbana por pensarmos a cidade principalmente por esse viés, ou seja, por sua capacidade de comportar sujeitos distintos em suas interações e sociabilidade.

Acolhemos as reflexões da filósofa Hannah Arendt, em *A condição humana* (2020), partindo então da sua afirmação de que, no pensamento clássico grego, a “*polis*” era considerada o mais evidente dos corpos políticos, e ter sido ela o berço da filosofia política que efetivou a separação e tornou independentes a ação e o discurso. Ao se deslocar a ênfase da ação para o discurso, seria a persuasão por meio das palavras o que passava a configurar “o ser político” e a natureza fundamental da esfera pública. Existia, assim, na antiga cidade-estado grega dos séculos V e IV a.C., a separação decisiva entre a esfera pública – a esfera da *polis*, do político; e a esfera privada – a da família. Para os filósofos gregos, esclarece Arendt, a liberdade situava-se

exclusivamente na esfera política, e esta liberdade pressupunha liberar-se da carga dos afazeres da sobrevivência restritos à esfera privada, a casa - o lar doméstico - *oikia*. Em termos materiais, as praças (*ágoras*) acolhiam várias atividades, mas constituíam o espaço privilegiado do debate dos assuntos comuns e da vida pública.

Embora o significado de *polis*, de cidadão e de cidade tenham se transformado bastante no espaço de tempo entre a antiguidade clássica até as conformações urbanas da modernidade, a importância dos usos plurais dos espaços públicos se mantém na contemporaneidade. Todavia, grandes mudanças aconteceram o que inclui desde os sentidos de tal categoria até das formas de ocupação dessas e de sociabilidade que nessas acontecem – o que contempla as próprias cidades em si. Pode-se nessas alterações incluir as possíveis reversões perversas do sentido de espaço público nos estados totalitários, que acontecem quando o diálogo se emudece e se vê substituído pela fala impositiva de mão única do “líder”, ou até mesmo quando ocorre uma reversão menos evidente nos espaços “públicos”, presente à vigilância nos espaços de usos em comum dos atuais condomínios fechados, por exemplo.

Assim sendo e de maneira resumida, a seleção das exposições aqui apresentadas pode ser fracionada em dois eixos, ambos relativos aos assuntos associados com questões da vida pública, da sociabilidade e dos espaços públicos na cidade. O primeiro desses contempla exemplos de apropriações desses espaços como palco da sociabilidade, das trocas e até da ação política, ou seja, daquilo que a cidade pode oferecer em uma espécie de estado de excelência. Nesse sentido, é importante destacar que a dimensão pública não é percebida apenas em sua materialidade, mas principalmente nos usos da linguagem, nas narrativas, nas interações sociais, na força, na pujança e na liberdade dos desejos e dos afetos humanos que a compõe.

Em contrapartida, o segundo eixo aqui tratado agrupa alguns compilados de diferentes avessos dessas possibilidades supracitadas. Nas conformações posteriores à modernidade, os domínios do público e do privado foram borrados pelas esferas do social, conforme sugeriu Hannah Arendt. O que, evidentemente, não significa que tal processo seja necessariamente negativo, embora reverbere em muitos efeitos perversos nas dinâmicas da vida pública. Um desses, por exemplo, é a dominância das lógicas do capital nos contornos da vida e dos espaços públicos; efeito que, em outras palavras, pode ser sentido pela prioridade que agendas e motivações econômicas recebem nas cidades.

Exemplos dessa prática não faltam e são nitidamente percebidos no escopo das novas propostas para apropriações e reformas de edificações antigas e de complexos urbanos, tônica essa que guia muitos projetos de intervenções arquitetônicas e urbanas atualmente. Nessa mesma direção, podemos mencionar também como algumas formas de expansão urbanas, tais como as que nomeamos como condomínios fechados, englobam e submetem os espaços “públicos” de maneiras absolutamente tributárias aos interesses do capital.

Ainda nessa linha, também é possível observarmos algumas conformações urbanas próprias de regimes e governos autoritários. Nesses casos, os espaços que deveriam ser públicos nas cidades, não somente são absorvidos por agendas econômicas, como perdem a potencialidade de serem compostos pelo trânsito livre de palavras para os cidadãos, uma vez que passam

a comportar apenas a voz e as narrativas uníssonas de um líder absoluto corporificando o Estado.

Propomos análises críticas sobre as questões mencionadas, mas objetivamos também que essas sejam acompanhadas por reflexões sobre novas possibilidades para os espaços e para a vida pública nas/das cidades, para além de propostas de retornos para a antiguidade clássica e de glorificação de passados. Logo, resgatamos o questionamento do filósofo Jacques Derrida (2004), que por sua vez citou uma passagem de um poema de Victor Hugo, quando este se indagou “de que amanhã se trata?” (BRESCIANI, 2019), para assim pensarmos quais amanhãs seriam possíveis e desejáveis.

## **FORMAS DE NARRAR: PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E HORROR SOCIAL**

Embora seja difícil categorizar o gênero de horror cinematográfico de maneira fechada, é possível identificar uma série de elementos presentes de maneira semelhante nas obras de horror artístico. Latidos e uivos de animais, sons em off, o fato de não conseguirmos identificar de onde vem o ruído, a câmera que se desloca sem que o espectador tenha muita noção de para onde caminha a narrativa, cortes abruptos, etc., são algumas das características do gênero, que não se liga necessariamente à presença de forças sobrenaturais. Recentemente, uma série de filmes tem se apropriado de elementos do *horror film* na construção de suas narrativas perpassadas por conflitos de classe, criando uma nova categoria, a de “horror social”.

Muitos deles têm como pano de fundo os enclaves fortificados, amplamente implementados nas cidades contemporâneas, formados pela completa negação do urbano e do espaço público, e pela tentativa de estabelecimento de uma ordem que vai do projeto arquitetônico/urbanístico às normas de convivência. Enquanto o mercado imobiliário e a publicidade propagandeiam e vendem um modo de vida mais seguro nesses espaços privatizados, fechados e monitorados, os filmes narram e possibilitam novas formas de olhar para a experiência social e cotidiana. Expressam as imagens não apenas como premissa de sua capacidade narrativa, mas como participantes da condição imaginal presente, pois o espaço urbano se transforma por sua inscrição entre imagens modificando a relação espaço-temporal.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é pensar, a partir de diversos filmes contemporâneos ambientados em enclaves fortificados, as formas de narrar o espaço urbano e a experiência do desmoronamento, resultante do medo enfrentado nas cidades, a partir de um discurso sobre a violência e a insegurança urbana.

## **OS “FASCISMOS DE PEDRA”, AS LINGUAGENS E AS DIMENSÕES DA VIDA PÚBLICA NA/DA CIDADE**

Observar a temática da linguagem associada com a da cidade pode nos conduzir aos estudos de narrativas, imagens e representações associadas ao urbano, seja de maneira direta, seja para análises de formas indiretas e inusitadas dessa conjunção. Nesse sentido, uma alternativa, um pouco menos usual e ainda nesse enlace mencionado, é a possibilidade de pensarmos nas

edificações, nas ruas, enfim, nas intervenções humanas nas cidades de forma geral, como possíveis de serem lidas conformando uma espécie de linguagem – essa não de letras, ou de palavras, mas composta por signos de pedra. É por esse último cruzamento que faço a proposta para essa exposição.

As democracias não existem sem a posse da palavra/linguagem e suas emergências não aconteceriam sem a cidade/pólis, e nem sem a vida e os espaços públicos. Por outra via, os autoritarismos e os fascismos igualmente necessitam operar com esses elementos, ainda que com usos e funções completamente distintas das que ocorrem em conformações democráticas.

Como exposição dessa hipótese, aciono como objetos empíricos os projetos e as reformas arquitetônicas e urbanas operadas em Roma durante o fascismo italiano e em Berlim durante o nazismo. Reforço que essas são observadas enquanto componentes de uma estética do poder que tanto se apropria da linguagem, como da cidade para existirem especialmente por uma perversão e reversão dos espaços públicos destas. No mais, ainda que o objetivo seja o de examinar aspectos da morfologia urbana, esses não excluem análises de *discursos*, de *narrativas* e de representações em seu escopo. Assim como de iluminar o papel central dos espaços públicos como parte integrante de uma linguagem e de uma espécie de poética do poder.

## **DE CIDADES ENVENENADAS PELA LINGUAGEM**

O ar da cidade liberta. A cidade corrompe. A cidade pode, contraditoriamente, ser o labirinto sem saída e/ou o tabuleiro de xadrez em suas possibilidades de jogo. A cidade pode ser representada pela esperança da Terra Prometida ou como o lugar da mais elevada realização da vida humana ou então, ao contrário, pode ser representada por uma desoladora paisagem distópica.

Nesse sentido, a linguagem constitui, como sabemos, o fundamento para constituição de imagens e imaginários sobre um determinado objeto. Particularmente, as palavras em movimento fazem significar e ressignificar as ideias de cidade que vigoram em determinadas configurações sócio históricas, ou seja, a cidade pode ser tomada como um objeto da linguagem. É exatamente nessa perspectiva que esta sessão livre se apresenta e coloca uma questão principal: como palavras e imagens podem ser relacionadas na trama que constitui uma cidade e como, pela cidade, palavras e imagens são também constituídas.

Assim sendo, teríamos, em extremos, uma cidade envenenada pela linguagem e uma cidade alimentada pela esperança, em um jogo tenso entre distopias e utopias.

No livro “A linguagem do terceiro reich”, o filólogo alemão Victor Klemperer, refletiu sobre como as cidades podiam ser lugares para a livre circulação das pessoas, dos afetos, dos desejos, ou em como essas poderiam ser como prisões, labirintos sem saída, tal como nos fascismos e/ou regimes autoritários, como o nazismo foi. Numa análise do acervo organizado por Klemperer, vemos como este assenta seu estudo da linguagem em solo urbano: tanto pelas naturais confluências entre as temáticas da ordem da linguagem e da cultura com a cidade, como pela descrição e análise de algumas práticas de “teutonização” das nomenclaturas referentes à geografia alemã. Assim, Klemperer destacou a padronização dos procedimentos de renomeação de

localidades e ruas cujos nomes originais, muitos desses de origem eslava, foram substituídos por designações próprias da tradição germânica. Sendo que a obsessão de nomear e germanizar a Alemanha atingiu mesmo a história dos grandes centros urbanos catalisada no surgimento de novas funções e narrativas aferidas para as principais cidades alemãs. O que resultou, em diversas esferas e nos mínimos detalhes, na empreitada de reconstrução da história urbana da Alemanha, tendo por fundamento um imaginário nazista, abastecido pela retórica nazista.

Trata-se, portanto de tentar entender como os governos totalitários tentam reinventar a noção de cidade, fazendo desta, não o lugar do encontro, mas o expoente de uma ordem. Nesse sentido a cidade passa a ser vivida e entendida a partir da noção de racionalidade e da ideia de verdade. Assim sendo o autoritarismo tranca a cidade numa estrutura de racionalidade que elimina qualquer forma de ficcionalização do mundo, qualquer forma de reinvenção do mundo. É sobre o fundo desse universo sem dobras que, Jacques Rancière, em “A ficção à beira do nada”, sugere, que a ficção não é a invenção de mundos que não existem, que “a ficção faz parte integrante de nosso mundo, e que ela é nossa maneira de fazer mundo”.

## Referências

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo; Revisão técnica e apresentação: Adriano Correia. 13<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020 [1958].

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Democracia/Democracias? Considerações sobre paisagens-lugares políticos. In: **Anais XVII ENANPUR**, 2019.

DERRIDA, Jacques. **De que amanhã**: diálogo/Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco; Tradução André Telles, revisão técnica Antônio Carlos dos Santos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.